

Além dos gastos, dívidas antigas

EDNA SIMÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

Não é só o crescimento das despesas do governo nos últimos meses que ameaça as contas públicas. Ainda há um enorme estoque de dívidas não reconhecidas pelo Tesouro Nacional que vão ser adicionadas nos próximos anos a já imensa dívida pública, que ultrapassou a marca psicológica de R\$ 1 trilhão. De 2006 até 2009, o Tesouro Nacional pretende retirar do armário e incorporar ao estoque devido R\$ 58,9 bilhões em esqueletos.

Esse número, no entanto, pode atingir um patamar incalculável caso o governo perca algumas das ações milionárias que correm na justiça. Dentre os questionamentos judiciais que trazem riscos fiscais e não estão relacionados na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 estão as ações referentes ao setor sucroalcooleiro, ao reajuste salarial de servidores públicos, à cobrança de indenização pelas companhias aéreas por perdas ocorridas pelo congelamento de preço das passagens, a pedidos de indenização de anistiados políticos e a pagamentos de benefícios previdenciários. A proposta enviada ao Congresso, no entanto, não informa os valores. Uma das disputas judiciais que vem ganhando destaque é a referente ao congelamento dos preços das passagens aéreas. Com a crise da Varig, a empresa cobra do governo o pagamento de cerca de R\$ 4,6 bilhões, o que seria utilizado para a diminuição do patrimônio negativo da companhia, estimado em mais de R\$ 8 bilhões.

Difícil relação

Apesar de ser visto como medida importante para transparência das contas públicas do país, o reconhecimento de dívidas traz preocupação dos analistas de mercado no que diz respeito a relação dívida/Produto Interno Bruto (PIB). Os motivos são simples. Primeiro, os gastos públicos aumentaram consideravelmente neste ano de eleições. Além disso, não há espaço para elevar ainda mais a arrecadação de impostos e muito menos consenso político para poupar o suficiente para evitar que as dívidas reconhecidas deteriore a relação dívida/PIB, que fechou março em 51,7%. Esse cenário só serve para reforçar o discurso de analistas e alguns representantes do governo sobre a necessidade de se implementar uma política de ajuste fiscal de longo prazo. Proposta nessa direção foi levantada no ano passado pelo Ministério do Planejamento, mas fulminada pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rous-

seff, desinteressada em aprofundar a disciplina fiscal.

O economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Maurício Mota Saboya Pinheiro, destacou que, no passado, o reconhecimento de dívidas desequilibrava menos a relação dívida/PIB devido as privatizações, concentradas entre 1996 e 1999. "Os esqueletos geram grande margem de incerteza", afirmou Saboya Pinheiro. Segundo ele, como o reconhecimento de esqueletos é uma situação inevitável, o governo federal deveria encontrar uma alternativa para melhorar a gestão. "Os fatos que geram esqueletos são variados e não existe um órgão que monitore isso. Não se tem precisão sobre valores e isso é um fator de pressão sobre a dívida. O governo sempre é pego de surpresa e fica com os pés e as mãos atados", destacou.

Para o economista da consultoria Tendências, Guilherme Loureiro, o reconhecimento dos esqueletos exige que o governo tome mais dinheiro emprestado no mercado financeiro e torna-se fator adicional para a subida dos juros e diminuição da oferta de crédito em geral, que já é considerada baixa. Para ele, os esqueletos retirados do armário não são tão elevados, porém, funcionam como um redutor do superávit primário de 4,25% do PIB.

Preço do passado

O economista-chefe do West LB, Adauto Lima, explicou que o reconhecimento de dívidas pelo governo federal reflete o descumprimento de contratos firmados no passado e da demora do poder judiciário em se pronunciar sobre ações contra a União. "O esqueleto é o preço pago pela mudança na regra do jogo e pela ineficiência do judiciário em julgar a causa, o que torna uma dívida de milhão em bilhão", ressaltou o economista.

Segundo Lima, uma das ações que podem dar forte dor de cabeça à União é a cobrança de crédito do IPI de Exportação, cujo o processo ainda está pendente no Supremo Tribunal Federal (STF). O maior esqueleto escondido é o do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), criado para garantir o pagamento, junto aos agentes financeiros, dos saldos devedores remanescentes dos contratos de financiamento habitacional firmados com o Sistema Financeiro da Habitação (SFH). A dívida estimada do FCVS corresponde a R\$ 75,6 bilhões, decorrentes dos resíduos de 2, 74 milhões de contratos, sendo que 747 mil ainda estão em curso. Para pagá-la, o governo já emitiu R\$ 44,2 bilhões em títulos, e ainda deve emitir cerca de R\$ 13 bilhões por ano.